

País não quer comitê de bancos

A idéia é descentralizar a negociação, hoje liderada por 14 credores

BRASILIA — A reviravolta que o governo quer provocar no processo de renegociação da dívida externa brasileira inclui uma revisão do papel do comitê de bancos, formado por representantes dos 14 maiores credores do País. Esse comitê centralizou, até agora, todas as negociações entre o governo brasileiro e os bancos privados. E a idéia lançada, em suas linhas gerais, desde a campanha presidencial, é promover uma negociação descentralizada, procurando colocar frente a frente o banco credor com o devedor final no Brasil.

Para um acordo acertado com o comitê ter validade é ne-

cessário que ele seja subscrito por mais de 95% dos bancos credores — ao todo são mais de 500 bancos. Essa centralização tem causado muitas dificuldades, pois significa que um acordo só é possível quando os seus termos satisfazem à média de interesses de todos os bancos. Não é possível, por exemplo, aproveitar posições diferentes entre os credores, seja pelo porte do banco — o interesse do Citibank, por exemplo, dificilmente coincide com o de um pequeno banco do interior dos Estados Unidos — seja pelo seu país de origem.

A conversão da dívida em investimentos, um mecanismo suspenso pelo governo passado por causa dos efeitos inflacionários que provoca, deverá ser incluída entre as alternativas para os banqueiros. Nesse aspecto, a negociação descentralizada pode abrir inúmeras opções de negócios para os banqueiros, o que

seria mais difícil com um entendimento via comitê de bancos. O programa de privatização também deverá constar das opções que o governo estuda, mesmo não estando disposto a apresentá-las antecipadamente.

Se até o ano passado o governo brasileiro condicionava suas metas de crescimento da economia e as políticas fiscal e monetária aos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), agora a intenção é inverter a situação. O programa econômico está aprovado pelo Congresso e é a partir dele que se tentará fechar o acordo com o FMI e, posteriormente, negociar com os banqueiros. Nada impede, entretanto, que conversações simultâneas sejam mantidas, desde que haja interesse por parte dos bancos. “Não estamos com muita pressa”, afirma um integrante da equipe econômica.

A decisão de só transferir ao

Exterior US\$ 5 milhões por ano continua de pé. Nesse valor estão incluídos todos os pagamentos ao FMI, Banco Mundial, BID, Clube de Paris e, finalmente, aos bancos privados. Para se ter uma noção do que significam esses US\$ 5 bilhões, no ano passado as transferências chegaram a quase US\$ 15 bilhões. Mas a disposição de só pagar US\$ 5 bilhões por ano vale apenas para o caso de um acordo geral para a dívida.

Enquanto não sair o acerto os pagamentos dos juros aos bancos comerciais continuam suspensos. Como trunfo para conduzir as negociações, o governo conta com a elevação das reservas cambiais. Ninguém fala em números, mas admite-se que elas estão próximas dos US\$ 10 bilhões, US\$ 4 bilhões acima do nível em que se encontravam em 15 de março, quando Fernando Collor tomou posse.